

BRF PET S.A.
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2025



ÍNDICE

Relatório do auditor	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	03
Quadros	
Balanços patrimoniais	06
Demonstrações dos resultados	07
Demonstrações dos resultados abrangentes	08
Demonstrações dos fluxos de caixa	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas	
1. Contexto operacional	11
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3. Políticas contábeis, novas normas e cenário econômico	12
Ativos	
4. Caixa e equivalentes de caixa	14
5. Tributos a recuperar	14
6. Imposto de renda e contribuição social diferidos	14
7. Caixa restrito	16
8. Investimentos	16
Passivos e patrimônio líquido	
9. Fornecedores	18
10. Outras obrigações	18
11. Provisão para contingências	18
12. Patrimônio líquido	19
Resultado	
13. Custo e despesa por natureza	20
14. Resultado financeiro líquido	20
Outras informações	
15. Gerenciamento de riscos.....	20
16. Partes relacionadas.....	21
17. Remuneração dos administradores.....	21

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da

BRF PET S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRF PET S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa

realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Jefferson Coelho Diniz

Contador CRC 1SP-277.007/O-8

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	NE	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.476	252
Tributos a recuperar	5	1.841	6.393
Caixa restrito	7	16.888	14.144
Total do ativo circulante		24.205	20.789
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recuperar	5	938	87
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	90.635	61.058
Caixa Restrito	7	16.888	28.289
		108.461	89.434
Investimentos	8	1.406.513	1.436.432
Imobilizado		350	350
		1.406.863	1.436.782
Total do ativo não circulante		1.515.324	1.526.216
TOTAL DO ATIVO		1.539.529	1.547.005

		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	8.268	34
Impostos, taxas e contribuições		5	150
Outras obrigações	10	301.918	218.106
Total do passivo circulante		310.191	218.290
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para perda em investimentos	8	-	1.872
Provisão para contingências	11	20	13
Outras obrigações	10	9.937	39.156
Total do passivo não circulante		9.957	41.041
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	1.348.878	1.323.088
Outros resultados abrangentes		26.121	15.857
Prejuízos acumulados		(155.618)	(51.271)
Total do patrimônio líquido		1.219.381	1.287.674
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.539.529	1.547.005

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	NE	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO OPERACIONAL			
Administrativas e gerais	13	(404)	(160)
Outras receitas (despesas) operacionais	13	6.792	(12)
Equivalência patrimonial	8	(70.989)	18.140
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(64.601)	17.968
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	14	(76.585)	(22.903)
Receitas financeiras	14	5.961	5.415
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(135.225)	480
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social corrente	6.2	1.083	196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	29.795	8.053
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(104.347)	8.729
Número médio ponderado de ações - Básico e diluído		2.970.882.027	2.970.882.027
Resultado por ação - Básico e diluído		(0,03512)	0,00294

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(104.347)	8.729
Ganhos (perdas) na conversão de operações no exterior	9.372	21.111
Ganhos atuariais de planos de pensão e benefícios pós emprego	892	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(94.083)	29.840
Atribuível à		
Acionista controladora	(94.083)	29.840

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/25	31/12/24
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(104.347)	8.729
AJUSTES POR	111.822	(8.703)
Tributos diferidos e obrigações tributárias	(29.795)	(8.053)
Resultado de equivalência patrimonial	70.989	(18.140)
Ajuste a valor presente e marcação a mercado	12	4
Outros resultados financeiros líquidos	70.616	17.486
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	(14.738)	(7.284)
Fornecedores	8.221	(198)
Tributos correntes e diferidos	3.961	(1.612)
Títulos a receber e a pagar	(54.594)	(5.872)
Outras contas ativas e passivas	27.674	398
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.263)	(7.258)
Aporte de capital em controlada	(85.575)	-
Aplicações financeiras e títulos e valores imobiliários	12.487	6.049
Dividendos/JCP recebidos no exercício	59.785	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.303)	6.049
Aumento de capital	25.790	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	25.790	-
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	5.224	(1.209)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo final	5.476	252
Saldo inicial	252	1.461
VARIAÇÃO DO EXERCÍCIO	5.224	(1.209)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Outros resultados abrangentes				
	Capital social realizado	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	Ganhos atuariais	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.323.088	(6.887)	1.633	(60.000)	1.257.834
Ganhos na conversão de operações no exterior	-	21.111	-	-	21.111
Resultado líquido do exercício	-	-	-	8.729	8.729
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.323.088	14.224	1.633	(51.271)	1.287.674
Ganhos na conversão de operações no exterior	-	9.372	-	-	9.372
Ganhos atuariais	-	-	892	-	892
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(104.347)	(104.347)
Aumento de capital ^(a)	25.790	-	-	-	25.790
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.348.878	23.596	2.525	(155.618)	1.219.381

^(a) Detalhes da transação estão descritos na nota explicativa n° 12.1 – Capital social.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRF Pet S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Itajaí, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto a industrialização, a comercialização e a distribuição de rações e nutrientes para animais. As ações da Companhia são detidas em sua totalidade pela BRF S.A. (Controladora).

Em 2021 a Companhia adquiriu 100% de participação societária nos grupos Mogiana e Hercosul, ampliando sua participação no mercado de rações e nutrientes para animais.

Em 2022, a BRF PET incorporou as holdings Affinity Petcare Brasil Participações Ltda., Gewinner Participações Ltda. e Paraguassu Participações S.A., as quais detinham participação nas sociedades operacionais Hercosul Alimentos Ltda., Hercosul Soluções em Transportes Ltda., Hercosul Distribuidora Ltda. e Mogiana Alimentos S.A. Desta forma, a partir desta data, a BRF Pet passa a deter a totalidade das ações destas sociedades.

Visando melhorar a eficiência de suas operações, a Companhia, a partir de 2022 concentrou a produção e distribuição de ração para cães e gatos apenas em suas subsidiárias, reduzindo a necessidade de subcontratação de terceiros no processo.

1.1. Participações societárias

Denominação	Atividade principal	País	% participação		Participação
			31/12/2025	31/12/2024	
Hercosul Alimentos Ltda. ^(a)	Fabricação, comercialização de rações para animais	Brasil	-	100,00	Direta
Hercosul Distribuição Ltda. ^(a)	Importação, exportação, comércio atacadista e varejista de produtos	Brasil	-	100,00	Direta
Hercosul International S.R.L.	Fabricação, export., imp. de rações e nutrientes para animais	Paraguai	99,00	99,00	Direta
Hercosul Soluções em Transportes Ltda.	Transporte rodoviário de carga	Brasil	100,00	100,00	Direta
Mogiana Alimentos S.A.	Fabricação, distribuição e comercialização de produtos <i>pet food</i>	Brasil	100,00	100,00	Direta

^(a) Em 02 de janeiro de 2025, as controladas Hercosul Alimentos Ltda. e Hercosul Distribuição Ltda. foram incorporadas pela Mogiana Alimentos S.A.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais em 31 de março de 2026 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

2.1. Declaração de conformidade

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária – Lei nº 6.404/76, que incluem os dispositivos introduzidos e alterados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009. De forma concisa com as mudanças, as leis apresentadas não se somam a totalidade, mas evidenciam as principais mudanças ocorridas para a Companhia.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Ativos, passivos e instrumentos financeiros, quando indicados, podem estar apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com o padrão IFRS e as NBCs, que requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas relevantes para as demonstrações financeiras estão mencionadas nas respectivas políticas contábeis divulgadas ao longo das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS, CENÁRIO ECONÔMICO, NOVAS NORMAS E REFORMAS TRIBUTÁRIAS

3.1. Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados.

3.1.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

NE	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis
5	Análise do valor recuperável de tributos
8	Determinação do valor recuperável de ativos não financeiros; principais premissas: taxa de desconto e taxas de crescimento
11	Avaliação da probabilidade de perda e mensuração do passivo nas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia revisa a cada período de reporte as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.2. Novas normas e interpretações técnicas

3.2.1. Novas normas e revisões aplicadas

Para as seguintes alterações de normas ou interpretações técnicas efetivas para exercícios iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2025, a Administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos na Companhia, a saber:

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.2.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que não são obrigatórias ou vigentes em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração está avaliando se haverá impactos significativos na Companhia:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> ("ISSB"), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)		
IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	O IFRS <i>Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada " <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ". Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.
IFRS 19	O IFRS <i>Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de maio de 2024, a nova norma IFRS 19, intitulada " <i>Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i> ". Esta norma tem como objetivo permitir que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas IFRS na preparação de suas demonstrações financeiras. Para ser elegível, a entidade deve ser uma subsidiária, não deve possuir responsabilidade pública e deve ter uma controladora que divulgue demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões do IFRS.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

3.3. Reforma tributária

Reforma Tributária Nacional

Em decorrência da Emenda Constitucional nº 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que inaugura a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A nova legislação institui os tributos Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo (IS), com substituição progressiva dos atuais PIS, COFINS, ICMS e ISS até 2033.

O cronograma de transição prevê que, a partir de 2027, o PIS e COFINS serão substituídos pelo CBS, e terá início a cobrança do IS sobre produtos específicos, cuja regulamentação ainda está pendente. Já a partir de 2029, o ICMS e o ISS serão substituídos pelo IBS.

Os principais impactos dizem respeito à eliminação de benefícios fiscais e introdução da não cumulatividade plena, permitindo a apropriação integral de créditos sobre aquisições de bens e serviços, sem as limitações do atual Sistema Tributário.

Diante desse cenário, foi constituído um grupo técnico multidisciplinar com foco em avaliar impactos fiscais sobre custos, despesas e precificação, mapear ajustes operacionais, sistêmicos e contratuais, garantir conformidade com a nova legislação e identificar oportunidades de eficiência tributária e estratégica. A atuação proativa do grupo visa assegurar uma transição segura e competitiva, alinhada às diretrizes de governança e sustentabilidade da Companhia.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos disponíveis no caixa e depósitos bancários à vista, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixas e bancos	23	8
Equivalentes de caixa	5.453	244
	5.476	252

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras automáticas, cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS e IVA a recuperar	518	4.267
PIS e COFINS a recuperar	168	193
IRRF/IRPJ e CSLL a recuperar	2.093	2.020
	2.779	6.480
Ativo circulante	1.841	6.393
Ativo não circulante	938	87

A administração da Companhia tem como expectativa compensar os créditos com o pagamento de outros tributos federais, como imposto de renda e contribuição social, baseado nas projeções de lucros tributáveis futuros. O montante reconhecido como ativo não circulante refere-se exclusivamente a estas contribuições.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	66.643	44.896
Contribuição social	23.992	16.162
Total tributos diferidos líquidos	90.635	61.058

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



A seguir está apresentada a composição dos tributos diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais de IRPJ	43.806	27.694
Base de cálculo negativa CSLL	15.770	9.970
Diferenças temporárias ativas	35.056	27.512
Diferenças temporárias passivas	(3.997)	(4.118)
Tributos diferidos líquidos	90.635	61.058
Total do Ativo	94.633	65.176
Total do Passivo	(3.998)	(4.118)

6.2. Conciliação da alíquota efetiva

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei 12.973/2014.

O cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante dos tributos apresentados no resultado do exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre os lucros	(135.225)	480
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício à alíquota nominal	45.976	(163)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido		
Equivalência patrimonial	(16.255)	14.277
Lucro de controlada no exterior	1.084	(6.237)
Outras adições/exclusões	73	372
	30.878	8.249
Alíquota efetiva	23%	-1717%
Tributo corrente	1.083	196
Tributo diferido	29.795	8.053
	30.878	8.249

Política contábil

Tributos correntes: no Brasil, compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. A Companhia analisa o resultado de cada subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



Tributos diferidos: São reconhecidos quando há créditos e débitos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de tributos diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, o ativo é desreconhecido.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam promulgadas na data do balanço.

Em cumprimento à interpretação ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e não identificou impactos a serem registrados.

A Companhia avalia periodicamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e constitui provisão quando aplicável.

7. CAIXA RESTRITO

	PMPV ^(a)	Moeda	Taxa de juros média % a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Depósito em garantia	1,25	R\$	12,15	33.776	42.433
Ativo circulante				16.888	14.144
Ativo não circulante				16.888	28.289

^(a) Prazo médio ponderado de vencimento demonstrado em anos.

O valor do caixa restrito está relacionado à aquisição de participação acionária do Grupo Mogiana, e possui passivo como contrapartida o qual está registrado na rubrica de "outras obrigações" (circulantes e não circulantes), conforme o prazo de liquidação. O depósito é uma garantia para a Companhia em caso de eventuais indenizações previstas no contrato de aquisição e deverá ser realizado ao longo dos próximos 2 anos.

8. INVESTIMENTOS

	31/12/2025	31/12/2024
Participações em sociedades controladas	1.406.513	1.436.432

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



8.1. Investimentos diretos na controladora

As informações e movimentações dos investimentos em controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas a seguir:

Controladas diretas					
	Hercosul Alimentos Ltda	Hercosul International	Hercosul Soluções em Transportes Ltda	Mogiana Alimentos S.A.	
Saldo no início do período 31/12/2024	766.839	145.957	61.059	462.577	1.436.432
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3.113)	8.216	(52.913)	(47.810)
Amortização de ágio	-	(779)	-	(22.400)	(23.179)
Baixa de ágio sobre contingências	-	-	-	6.670	6.670
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(59.785)	-	(59.785)
Aumento de participação em controlada	-	-	-	85.575	85.575
Incorporação de empresas ^(a)	(766.839)	-	-	764.967	(1.872)
Variação cambial sobre ágio	-	2.460	-	-	2.460
Outros resultados abrangentes	-	6.912	-	1.110	8.022
Saldo no final do período 31/12/2025	-	151.437	9.490	1.245.586	1.406.513

^(a) Em 02 de janeiro de 2025, as controladas Hercosul Alimentos Ltda. e Hercosul Distribuição Ltda. foram incorporadas pela Mogiana Alimentos S.A.

8.2. Análise da recuperabilidade dos investimentos

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado, o qual é elaborado a fim de apurar o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia, definida e alinhada ao formato de gestão. Em 2025, foram utilizados como base o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até 2027 e taxa de crescimento em perpetuidade média da unidade geradora de caixa de 3,5% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como nas projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

Com base nas análises da Administração, não foram identificados ajustes para redução dos saldos da unidade geradora de caixa ao valor recuperável.

Adicionalmente à análise de recuperação mencionada acima, a Administração elaborou análise de sensibilidade, aumentando e reduzindo em 2 p.p. a margem operacional⁽¹⁾ (lucro operacional sobre receita líquida) e a taxa de desconto nominal e não identificou cenários em que determinasse a necessidade de constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável da UGC.

⁽¹⁾ Taxa média remanescente ponderada ao ano.

8.3 Aumento de capital em controlada

Em dezembro 2025, a Companhia realizou o aumento de capital no montante de R\$ 85.575 na controlada Mogiana Alimentos S.A.

8.4 Ganhos atuariais

Na Companhia, esta rubrica refere-se ao reflexo do resultado atuarial da controlada Mogiana Alimentos S.A., no montante de R\$ 892.

Política contábil

Os investimentos da Companhia compreendem o valor relativo à sua participação no Patrimônio Líquido das entidades em que possui participação societária, os quais são inicialmente mensurados pelo custo e regularmente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



Em adição, também estão registrados nesta rubrica o ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos tangíveis e intangíveis identificados na combinação de negócios, os quais são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ágio e suas alocações são mensurados pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. A Companhia realiza estudo anual para avaliar a recuperabilidade dos Investimentos.

9. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Terceiros	31	34
Partes relacionadas ^(a)	8.237	-
	8.268	34
Passivo circulante	8.268	34

^(a) Os fornecedores - partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa nº 16 - Partes relacionadas.

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente descontada a valor presente.

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Credores diversos	311.855	257.262
Passivo circulante	301.918	218.106
Passivo não circulante	9.937	39.156

Os valores registrados na rubrica "credores diversos" são relacionados às aquisições das empresas Mogiana e Hercosul, referentes a contraprestação a prazo, que serão pagos nos próximos 2 anos, e também incluem valores de contraprestação contingente, cuja realização depende de eventos futuros que afetarão o momento da liquidação dos passivos. O valor a prazo está sujeito a juros, com alterações subsequentes registradas em despesas financeiras.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

11.1. Provisões

A Companhia é parte em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas trabalhista, previdenciária e cível, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais.

Os saldos das provisões estão assim apresentados:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e previdenciárias	16	11
Cíveis	4	2
	20	13
Passivo não circulante	20	13

A Companhia possui contingências cuja expectativa de perda é possível, conforme avaliação da Administração, suportada por assessores jurídicos.

As contingências de natureza cível e outras (de natureza administrativa, regulatória, imobiliária, propriedade intelectual etc.) e tributárias com perdas possíveis totalizam R\$ 243.702 (R\$ 142.942 em 31 de dezembro de 2024) e são, em sua maioria, litígios decorrentes de alegações de inadimplemento contratual. Discutem-se, principalmente, pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer ou de não-fazer

Política contábil

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e possível estimar com razoável segurança o valor envolvido. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando as avaliações técnicas de assessores jurídicos e a Administração.

Os passivos contingentes, correspondentes a perdas classificadas como possíveis, não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas quando relevante. As perdas classificadas como remotas não são reconhecidas nem divulgadas.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. A mensuração inicial é feita pelo valor justo e as mensurações subsequentes pelo maior valor entre: o valor justo na data de aquisição e o valor pelo qual a provisão seria reconhecida.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do patrimônio líquido está apresentada da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	1.348.878	1.323.088
Outros resultados abrangentes	26.121	15.857
Prejuízos acumulados	(155.618)	(51.271)
Total	1.219.381	1.287.674

A distribuição de dividendos segue o estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% conforme o artigo n.º 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser atribuído a todas as ações da Companhia. Para os anos de 2025 e 2024, não houve distribuição, pois, a Companhia possui prejuízos acumulados.

12.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.348.878, dividido em 2.970.882.027 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em dezembro de 2025, a BRF S.A. aumentou o capital social da Companhia no montante de R\$ 25.790.

12.2. Prejuízos acumulados

Os saldos de prejuízos acumulados em 2025 e 2024 eram de R\$ 155.618 e R\$ 51.271, respectivamente.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



13. CUSTO E DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas e gerais		
Materiais e serviços	(164)	(10)
Outros	(240)	(150)
	(404)	(160)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Recuperações de impostos e despesas	125	(23)
Provisão para contingências	(2)	(31)
Baixa de ativos intangíveis	6.669	-
Outros	-	42
	6.792	(12)

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro está apresentado conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros sobre caixa, equivalentes de caixas e caixa restrito	5.744	5.405
Juros sobre outros ativos	217	10
	5.961	5.415
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(12)	(4)
Juros sobre outros passivos ^(a)	(76.537)	(22.876)
Outras despesas financeiras	(36)	(23)
	(76.585)	(22.903)
Resultado líquido	(70.624)	(17.488)

^(a) Refere-se à atualização e correção de parcelas a pagar pela aquisição da Hercosul e da Mogiana (nota explicativa 10 – Outras obrigações).

Política contábil

Abrangem substancialmente receitas de juros sobre ativos financeiros. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito e liquidez, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política de Risco").

A estratégia de gestão de riscos da Companhia tem como objetivos principais:

- Proteger os resultados operacional e financeiro da Companhia, assim como seu patrimônio líquido;
- Proteger a Companhia contra o risco de contrapartes das operações financeiras contratadas bem como estabelecer diretrizes para a sustentação da liquidez necessária para que a Companhia honre seus compromissos financeiros.

BRF PET S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)



A Política de Risco define a governança dos órgãos responsáveis pela execução, aprovação e monitoramento da estratégia de gestão de riscos, assim como os limites e instrumentos que podem ser utilizados.

A gestão eficaz dos riscos é crucial para garantir a sustentabilidade e a lucratividade da Companhia. As estratégias de gestão descritas acima contribuem a minimizar os impactos negativos e a manter a competitividade no mercado.

16. PARTES RELACIONADAS

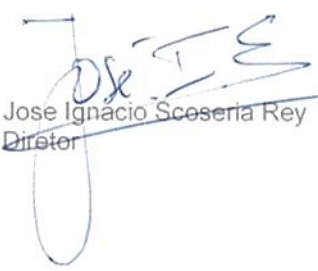
A seguir as operações entre a Companhia e suas partes relacionadas:

	Saldos em aberto	
	Fornecedor	
	31/12/2025	31/12/2024
Mogiana Alimentos S.A.	8.237	-
Total	8.237	-

17. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante os anos de 2025 e 2024, não ocorreram remuneração provida ao pessoal-chave da administração, uma vez que eles são funcionários da Controladora BRF S.A.


Rogério de Moraes Freitas
Contador - CRC 1SP226.572/O-0


Jose Ignacio Scoseria Rey
Diretor